



## **PARECER Nº       , DE 2018**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2018 (Projeto de Lei nº 9.327, de 2017, na origem), do Deputado Júlio Lopes, que *dispõe sobre a emissão de duplicata sob a forma escritural e dá outras providências*.

Relator: Senador **ARMANDO MONTEIRO**

### **I – RELATÓRIO**

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 73, de 2018 (PL nº 9.327, de 2017, na origem), de autoria do Deputado Júlio Lopes, que dispõe sobre a duplicata na forma escritural.

O Projeto está estruturado em treze artigos, destacando-se, entre eles:

- o art. 3º, que autoriza a duplicata virtual, ao estabelecer que “a emissão de duplicata sob a forma escritural far-se-á mediante lançamento em sistema eletrônico de escrituração gerido por quaisquer das entidades que exerçam a atividade de escrituração de duplicatas escriturais”;

- o art. 4º, que cria o sistema eletrônico de escrituração e define seus elementos e requisitos;





- o art. 6º, que prevê a expedição de extratos dos registros eletrônicos de duplicatas pelos gestores do sistema eletrônico de escrituração;
- o art. 7º, que considera título executivo a duplicata escritural e virtual acompanhada do extrato previsto no art. 6º;
- o art. 8º permite o protesto da duplicata virtual, por meio de extrato;
- o art. 10 torna nula cláusula contratual que impeça a emissão e a comercialização da duplicata virtual;
- o art. 12, que determina a aplicação subsidiária da Lei nº 5.474, de 1968, que trata das duplicatas cartulares, inclusive nos temas relacionados à apresentação da duplicata para aceite, sua recusa e seu protesto.

Após ser apreciada por esta Comissão, a matéria será analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Houve a apresentação de duas emendas, a primeira de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que altera o art. 8º do Projeto para tornar desnecessário o protesto da duplicata e demais títulos emitidos sob a forma escritural, bem como tornar desnecessário o protesto dos títulos objeto de registro ou de depósito centralizado. O protesto, pela Emenda, se torna desnecessário para todos os fins, inclusive para a prova da inadimplência e do descumprimento de obrigação originada nesses títulos. O protesto poderá ser feito se o credor assim desejar, mas deixa de ser obrigatório, nos termos da Emenda.

A segunda emenda, apresentada pelo Senador Flexa Ribeiro, como de redação, altera os arts. 6º e 8º do Projeto, e visa impedir que o consulente acesse o banco de dados de inadimplemento em nome de terceiros, isto é, o consulente poderá apenas consultar se o seu próprio nome consta do banco de dados, e não nomes de terceiras pessoas.





## II – ANÁLISE

Cabe a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, bem como emitir parecer quanto ao mérito da proposição.

Quanto à constitucionalidade, compete à União, por meio do Congresso Nacional, legislar sobre direito comercial, nos termos dos arts. 22, inciso I, e 48 da Constituição Federal.

Com relação à juridicidade, a proposição não viola as normas e princípios do ordenamento jurídico vigente. Além disso, a matéria inova o ordenamento jurídico pelo meio adequado, qual seja, projeto de lei ordinária.

Também não vislumbro óbice quanto à regimentalidade do projeto.

No tocante à técnica legislativa, o projeto se adequa às disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No mérito, o Projeto merece prosperar.

Isso porque a duplicata é um título de crédito emitido por ocasião de uma transação mercantil e representa o crédito que uma empresa tem em relação aos seus clientes pela venda de mercadorias ou pela prestação de serviços.

Pela sua origem, são os ativos mais disponíveis às empresas para serem dados como garantias em operações de crédito. Segurança e agilidade nas transações com esse título virtual são elementos fundamentais para a elevação da oferta e a redução do custo de crédito aos empreendedores, principalmente às pequenas e médias empresas.

O projeto visa, justamente, modernizar e dar mais segurança no uso da duplicata, ao torná-la um título emitido em meio eletrônico, em substituição aos títulos físicos ou cartulares.





Pelo projeto, poderão ser registrados no âmbito do sistema eletrônico de escrituração os atos de remessa, apresentação, devolução e formalização da prova do pagamento; o controle e a transferência da titularidade; a realização de endosso ou do aval; e a inclusão de informações ou de declarações referentes à operação suporte da emissão da duplicata ou a respeito de ônus e gravames constituídos.

A duplicata no papel, no entanto, não será extinta e poderá continuar a ser utilizada normalmente, atendendo às localidades menos desenvolvidas do país e com menor uso de recursos de informática.

Entre os diversos benefícios da adoção do meio virtual, destaca-se: a) evitar a fraude, que pode ocorrer por meio de emissão de “duplicatas frias”, ou seja, títulos falsos que não correspondem a uma obrigação real e que muitas vezes são levados a protesto sem o conhecimento do suposto devedor; e b) evitar a emissão de duplicata com dados incorretos acerca de valores e devedores.

Evitar esses fatos representará maior segurança ao ambiente comercial e maior proteção aos cidadãos. Assim, poupa-se o dinheiro e o tempo gastos com ações judiciais visando demonstrar a inexistência do crédito cobrado.

Vale lembrar, ainda, que os mais onerados por esse tipo de problema são as pequenas e as médias empresas, que não dispõem de departamentos jurídicos e, portanto, têm maior dificuldade para lidar com tais eventos.

Deve-se anotar, também, que a medida contribui para a desburocratização. Seja pelo fim da necessidade de manter o Livro de Registro de Duplicatas, seja pela maior facilidade de cobrança, execução e negociação desses títulos, reduz-se o tempo gasto com registros e protestos dos títulos.

E haverá evidente incremento na segurança e na transparência das negociações, uma vez que o sistema registrará, mediante a confirmação das partes envolvidas, todos os endossos, avais, ônus e gravames relacionados a cada título.





E a simples liquidação eletrônica do pagamento funcionará como prova de pagamento, evitando-se o tempo gasto com a solicitação de baixas de crédito.

O ganho de segurança e a redução de custos operacionais poderão, por sua vez, gerar aumento do acesso ao crédito e a taxas de juros mais baixas para o sistema produtivo e para o comércio, em função da facilidade de emissão e de utilização como garantia e da segurança jurídica adicional proporcionada pelo detalhamento jurídico da duplicata escritural.

Por fim, o projeto visa a eliminar também prática perversa que impede que pequenos fornecedores utilizem as duplicatas para fins de obtenção de crédito, como capital de giro a menor custo (dada a garantia da duplicata), junto ao sistema financeiro.

Nesse sentido, a proposta estabelece que são nulas as cláusulas contratuais que impeçam a emissão ou circulação de duplicatas virtuais.

E caberá ao Conselho Monetário Nacional dar as diretrizes aplicáveis à escrituração das duplicatas eletrônicas. O Banco Central será responsável pela designação das entidades que poderão desempenhar a atividade de escrituração. Atuando em um ambiente regulatório seguro, tais empresas com experiência em registro eletrônico de outros ativos proporcionarão um ambiente seguro e transparente para registro e negociação das duplicatas.

Vale ressaltar os potenciais impactos para o Brasil da modernização do sistema de duplicatas. Por exemplo, na Europa, em países como Alemanha, França, Reino Unido e Itália os descontos de duplicatas alcançam cerca de 9% do PIB, enquanto no Brasil representa apenas 3,7% do PIB. Portanto, há potencial de empréstimos utilizando esse instrumento de crédito da ordem de 5,3% do PIB ou de R\$ 347 bilhões, desde que se criem as condições para se ampliar a segurança e agilidade nas transações desses títulos. Finalmente, é importante ressaltar que essa proposição se insere no conjunto de reformas microeconômicas que concorrem para aprimorar o sistema de garantias e com isso reduzir os juros e spreads bancários para pequenas e médias empresas, sobretudo nas linhas de capital de giro.





A Emenda nº 1, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, deve ser rejeitada porque o art. 8º do Projeto não exige protesto de duplicata escritural devidamente aceita de modo que a justificação da Emenda, de que o PLS aumentará a burocracia no ambiente de negócios brasileiro, não se aplica.

Ao contrário, a eventual adoção da Emenda acabaria por retirar a previsão de que os Tabeliães de Protesto devem manter, em âmbito nacional, uma central nacional de serviços compartilhados que será muito salutar para os credores e também para o Poder Público, vez que permitirá a consulta gratuita quanto a devedores inadimplentes e aos protestos realizados, aos dados desses protestos e dos tabelionatos aos quais foram distribuídos, ainda que os respectivos títulos e documentos de dívida não sejam escriturais. E a partir da implementação da central de que trata o caput deste artigo, os tabelionatos de protesto disponibilizarão ao poder público, por meio eletrônico e sem ônus, o acesso às informações constantes dos seus bancos de dados.

A segunda emenda, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, também deve ser rejeitada uma vez que seu conteúdo não pode ser caracterizado como redacional. A importância e urgência da matéria exigem celeridade e a aprovação da emenda implicaria em retorno do projeto à Câmara dos Deputados.

### **III – VOTO**

Pelo exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade e no mérito pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2018, e pela rejeição das Emendas nº 1-CCJ e nº 2-CCJ.

Sala da Comissão,

, Presidente





**SENADO FEDERAL**  
Senador Armando Monteiro

, Relator



SF/18078.48394-02